

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003421-44.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Kellen Regina Talhati**, RG nº 26.361.317-3; CPF nº 178.602.078-50, residente na rua Marechal Deodoro nº 1616, São Carlos/SP.
 Requerido: **Elivelton Fernandes da Silva**, RG nº 25706061; CPF nº 148.516.718-30, residente na Praça Amazonas nº 215, bairro Brasil, Itu/SP.

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

KELLEN REGINA TALHATI intentou ação de obrigação de fazer em face de **ELIVELTON FERNANDES DA SILVA**. Sustentou que no decorrer da união estável com o requerido adquiriram um veículo, retando acordado, na dissolução da união estável que se processou nos autos 1.749/2011, da 2ª Vara Cível de São Carlos, que ficaria exclusivamente com o requerido, comprometendo-se, no prazo de 90 dias, em regularizar e transferir o bem para o seu nome. Contudo, a requerida foi surpreendida quando soube que o veículo ainda se encontrava em seu nome, bem como não estava regularizado e apresentava um débito de R\$ 1.062,27. Requereu a transferência do veículo, regularização junto ao Detran e pagamento dos débitos.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 05/18.

Deferimento da assistência judiciária gratuita (fl. 19).

O requerido, devidamente citado após várias tentativas (fl. 116), ficou-se inerte (fl. 119).

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Em observância ao artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento da lide no estado em que se encontra.

Trata-se demanda com pedido de obrigação de fazer, consistente na transferência de propriedade do veículo CG 150 Titan ES, Ano 2008, Placas ECV 5627, Renavan 00964024764 requerendo, ainda, o pagamento dos débitos do veículo, os quais são imputados à sua pessoa por constar como atual proprietária do bem.

Na espécie, conquanto regularmente citado (fl. 116), o requerido ficou-se absolutamente inerte em apresentar defesa tornando, assim, aplicáveis, na hipótese dos autos, os efeitos da revelia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nos termos do artigo 344, do Código de ritos: *"Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor"*.

De observar-se, contudo, que a revelia não implica necessariamente a procedência da ação, já que apenas faz presumir verdadeiros os fatos narrados na inicial, o que não impede ao julgador à análise livre do direito aplicável ao caso "sub judice".

Pois bem; depreende-se dos autos que as partes celebraram acordo judicial nos autos de dissolução de união estável, que tramitou neste Juízo (processo nº 1.749/2011). Esse fato vem corroborado pelo documento de fls. 14/15, em especial em sua cláusula "f", donde se extrai a assunção da obrigação, por parte do réu, de pagamento de débitos, impostos e multas do veículo, bem como de transferência do veículo para o seu nome logo após a quitação do financiamento.

Ademais, restou demonstrado nos autos que a propriedade do bem ainda permanece em nome da autora. Da mesma forma, comprovou-se a existência de dívidas, consoante fls. 07 e 16/18. Portanto, há verossimilhança, conforme exige o artigo 345, IV, do Código de Processo Civil.

Entretanto, como restou incontroverso nos autos, já houve formação do título executivo judicial, bastando o pedido de cumprimento da sentença naqueles autos. Ou seja, o acordo, acima mencionado, foi devidamente homologado, contando com o trânsito em julgado.

Não faz sentido o provimento jurisdicional ora almejado, uma vez que já há assunção da obrigação, inclusive acobertada pelo manto da coisa julgada.

Confira-se:

"A agravante já detém título executivo judicial para satisfação da tutela pretendida, não sendo possível retomar o processo à fase de conhecimento. Caberá, agora, executá-lo."

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 2076793-87.2016.8.26.0000; Relatora Exma. Sra. Dra. Rosangela Telles Relatora; Tribunal de Justiça de São Paulo.

Existe coisa julgada e embora tal matéria não tenha sido arguida em defesa, impõe-se seu reconhecimento.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO** o pedido inicial, sem análise do mérito, com fundamento no artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil.

Custas pela autora, ressalvada a gratuidade concedida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Oportunamente, archive-se.

P.R.I.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 08 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**